

Desafios enfrentados por organizações proutivas populares: um estudo com base em 12 experiências sul-americanas

Leonardo de Carvalho Soares, Marco Aurélio Cabral Pinto

<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>

Desafios enfrentados por organizações produtivas populares: um estudo com base em 12 experiências sul-americanas

Leonardo de Carvalho Soares
Marco Aurélio Cabral Pinto*

Resumo

O presente projeto de pesquisa buscou identificar os principais desafios enfrentados por rol selecionado de organizações populares com finalidade lucrativa localizadas na América do Sul durante nove meses ao longo de 2011. Para tanto, realizou-se coleta de dados em 12 organizações distribuídas entre quatro países, em viagem de bicicleta pela América do Sul. Depois da análise dos dados coletados, em que se procurou agrupar experiências visitadas em categorias tipo-ideal, concluiu-se que em todos os casos examinados há necessidade de apoio público para desafios tais como formação gerencial, assessoria financeira e acesso ao crédito.

*Respectivamente, engenheiro pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e engenheiro do BNDES. O presente trabalho resulta de projeto final de curso do primeiro autor para obtenção de grau como engenheiro de produção. O segundo autor orientou a pesquisa, na condição de professor na UFF. Este artigo é de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do BNDES.

Abstract

The present article identifies the main challenges faced by a number of popular organizations in South America. The authors have collected data of 12 experiences in a 11-month field research trip performed by bicycle. The analysis showed common challenges, which included difficulties in accessing credit, managerial training gaps, among other items.

Introdução

Surgiram na América do Sul, em decorrência dos movimentos nacionais de redemocratização observados nos anos 1980, sindicatos, associações de moradores, organizações de luta diversas, muitas com histórico de resistência contra intervenções no território pelo poder público ou privado. Essas “organizações de luta” se dividiram em movimentos “dos atingidos por barragens”, “dos atingidos pela seca” etc. Quando passaram a tomar vulto nos anos 1990 e a se articular com outras mobilizações em diversos territórios, constituíram o que se conhece hoje como “movimentos sociais”.

Quando a união de pessoas tem como objetivo a produção coletiva de bens e serviços para comercialização e obtenção de renda, é definida como organização produtiva popular. Nessas organizações, o desenvolvimento pessoal e o relacionamento do grupo desempenham papel importante, ainda que a dependência do retorno financeiro torne-se aspecto primordial. Se a organização se dá de forma autogestionária e tem como princípios igualdade entre as pessoas, equidade de gênero e demais valores da economia solidária, é chamada empreendimento econômico solidário.¹

¹ Os empreendimentos econômicos solidários são aquelas organizações: (1) coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação de seus resultados; (2) permanentes (não são práticas eventuais) – além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído e já tiver definido sua atividade econômica; (3) que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização; (4) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário – as atividades econômicas devem

O presente projeto de pesquisa buscou identificar os principais desafios enfrentados por rol selecionado de organizações produtivas populares localizadas na América do Sul durante nove meses no decorrer de 2011.

Na segunda seção do presente trabalho é apresentada revisão da literatura sobre conceitos de economia solidária e de desenvolvimento endógeno. Na terceira, é informada a metodologia utilizada. Na quarta seção, procede-se à descrição de experiências visitadas e do processo de estudo de campo. Na quinta, procura-se analisar as informações coletadas e categorizar as organizações visitadas segundo os fatores motivadores e atores mobilizadores. Na sexta seção, expõem-se as conclusões.

Revisão da literatura

A presente seção abarca breve revisão de conceitos importantes para a análise dos dados coletados no projeto de pesquisa. Para tanto, serão analisados brevemente conceitos de economia solidária e popular e de desenvolvimento endógeno.

Economia solidária

A literatura sobre a economia solidária pode ser considerada vasta, porém fragmentada, uma vez que as muitas experiências na Améri-

ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização; (5) que são singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares. Adaptado de: <http://www3.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_emprendimento.asp>. Acesso em: 10 jul. 2012.

ca do Sul vêm sendo documentadas em redes sociais, *blogs* e outras formas de comunicação descentralizada. Em geral, autores filiados a essa corrente de pensamento comungam de premissas de decadência civilizatória e progressiva deterioração nas condições de vida modernas. Nestes termos, a maioria desses autores acredita que o sistema industrial e tecnológico aumenta a rentabilidade do grande capital em detrimento da afirmação da humanidade e da natureza [Kraychete (2002)].

Observa-se ainda, entre os que se dedicam a esse tema, convergência quanto ao caráter de autogestão e de cooperação econômica [Gaiger (2003)]. Para muitos, as iniciativas ligadas à economia solidária representam a emergência de novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral.

As origens do que hoje se chama economia solidária remontam às primeiras iniciativas cooperativas ligadas aos movimentos operários durante a revolução industrial inglesa. As mais emblemáticas são as experiências de gestão de uma fábrica “humanizada” e, posteriormente, de pequenas comunidades conhecidas como “aldeias cooperativas” [Bocayuva (2007)], e a Society of Equitable Pioneers, empreendimento fundado na cidade de Rochdale [Singer (2003)]. Esses grupos tinham como ideais o cooperativismo de produção e de consumo como um caminho para o autogoverno e a autonomia do trabalho.

A experiência de Rochdale deixou legado de “oito princípios” que permanecem presentes nas propostas da economia solidária, conforme Quadro 1.

No caso do Brasil, o I Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre em 2001,² vem sendo considerado marco histórico para

² Realizado em Porto Alegre (RS), de 25 a 30 de janeiro de 2001, o I Fórum Social Mundial (I FSM) contou com 16 mil pessoas vindas de 117 países.

consolidação da economia solidária, reunindo-se de maneira executiva e participativa muitos movimentos sociais.³ No evento em Porto Alegre, proporcionou-se espaço de encontro entre entidades que começariam a se articular e dar forma a esse campo, criando o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, também chamado de GT Brasileiro.⁴ A partir desse contato, passou-se a discutir o tema da economia solidária e a articular ações, projetos e trabalhos coordenados. Esse GT é identificado como um dos principais atores que exerceram pressão para a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) [Bertucci (2010)].

No presente trabalho, vai se utilizar ainda, como em Arruda (2007, p. 32), o conceito de economia popular para identificar a

[...] economia espontânea daqueles e daquelas que não encontram lugar no mercado de trabalho e tomam iniciativas econômicas voltadas para garantir a sobrevivência física própria e de suas famílias.

A economia popular remete, portanto, a uma economia baseada na busca da população por estratégias de sobrevivência e geração de renda à margem do capitalismo das megacorporações, em cujas

³ No Fórum Social Mundial realizado em Belém no ano de 2009, em encontro no hangar de chefes de Estado, contavam-se mais de vinte representações sul-americanas, reunindo-se cerca de seis mil pessoas [nota do orientador].

⁴ As 12 entidades e redes nacionais que em momentos e níveis diferentes participavam do GT Brasileiro eram: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (Anteag); Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (Ibase); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/Concrab); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCP); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); Unitrabalho; Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito (Abicred); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária [FBES (2012)].

relações usualmente se distancia dos valores preconizados pela economia solidária.

Quadro 1

Os princípios cooperativistas de Rochdale

A regra democrática de que cada sócio tem direito a um voto, independentemente da quantidade de capital que tenha investido.
A cooperativa aberta para todos os que queiram se associar, desde que integrem uma quota mínima de capital, cujo valor é igual para todos.
A regra da limitação da remuneração do capital investido, de maneira que o excedente fosse repartido segundo outros critérios.
A regra da distribuição de parte do excedente entre os sócios conforme sua participação no valor total de compras.
O princípio da venda à vista para evitar a falência nos momentos de crise.
O princípio da venda de produtos de qualidade.
A regra da educação dos associados dentro dos princípios do cooperativismo.
O princípio da neutralidade política e religiosa da sociedade.

Fonte: Elaboração própria, com base em Singer (2003).

Desenvolvimento endógeno

O surgimento do conceito de desenvolvimento endógeno remete aos efeitos da globalização sobre as economias locais [Barquero (2001)]. Conforme Ramírez *apud* Castel (2009, p. 5),

la teoría del gran desarrollo y los rendimientos crecientes, teoría del crecimiento dual y la acumulación de capital, teoría de la dependencia y el control local del desarrollo, teoría territorial del desarrollo y las iniciativas locales y gestión local en la economía global, entre otros.

A partir dessa visão, passou-se a analisar relações existentes nas redes formadas por empresas, sociedade, governos e diversas instituições atuantes em determinado território. O território é agente de transformação, e não mero suporte dos recursos e das atividades econômicas, já que as empresas e demais atores do território interatuam entre si, organizando-se para desenvolver a economia e a sociedade. Segundo Boissier (2000, p. 12):

[...] iniciativas productivas que emergen del interior de un territorio, sector económico o empresa, para aprovechar las capacidades, potencialidades y habilidades propias, con el fin de desarrollar proyectos económicos, sociales, ambientales, territoriales y tecnológicos, que permitan edificar una economía más humana, para una nueva vida económica del país.

O desenvolvimento endógeno

[...] se concatena con nuevas formas de reflexionar los problemas en torno al desarrollo y las condiciones para alcanzarlo, así como con la idea de la autodeterminación de los pueblos en los ámbitos económico, político y social [Ramírez (2007, p. 8)].

A discussão em torno do desenvolvimento endógeno procura valorizar experiências desenvolvidas localmente, por meio das características culturais, potencialidades locais e técnicas e tecnologias dominadas pela comunidade inserida em determinado território. Tais iniciativas seriam base de economia sólida e inclusiva.

Metodologia

Na fase de preparação da viagem para pesquisa de campo, definiu-se roteiro a ser seguido, adquiriram-se equipamentos e materiais necessários e elaboraram-se cronograma e agenda de visitas e en-

contros. Nesse âmbito, foram feitos contatos com universidades, pesquisadores, movimentos sociais e outras entidades e pessoas. O objetivo dos contatos foi buscar indicações de organizações a serem visitadas e formação de rede de apoio para o momento seguinte.

A segunda etapa da coleta de dados consistiu em viagem de bicicleta autônoma por seis países da América Latina, visitando-se organizações produtivas populares, ligadas ou não ao movimento da economia solidária.

Em sua maioria, as visitas duraram apenas o tempo de realização da entrevista, de uma a duas horas. Em alguns casos, porém, a estada se prolongou por mais tempo, sendo possível observar a execução do trabalho e conviver por período mais longo com os integrantes das organizações. Para registro das entrevistas realizou-se transcrição imediata das falas, além de gravação em áudio quando possível. Depois das visitas era realizado ainda “relatório quente”, no qual se registravam impressões e eventuais falas que não houvessem sido registradas durante a entrevista.

A viagem durante a qual foi realizado o estudo de campo do presente trabalho se iniciou no dia 22 de janeiro de 2011, no Rio de Janeiro, Brasil, culminando em 15 de fevereiro de 2012, em Bogotá, Colômbia. Entre os dois pontos extremos, foram percorridos cerca de nove mil quilômetros em bicicleta, além de distância semelhante utilizando outros meios de transporte: balsas, barcos, canoas, navios, trem, caminhões, ônibus, caminhonete, Kombi e reboque por moto.

O trajeto incluiu um trecho do litoral brasileiro, entre o Rio de Janeiro e o farol de Santa Marta (SC), o interior do estado de Santa Catarina e partes da Argentina, da Bolívia, do Peru, do Equador e da Colômbia. Nesse percurso, pernitoitou-se em 153 lugares dis-

tintos, que variaram de confortáveis estações de bombeiros a um providencial curral de lhamas.

Visitas às organizações

Foram visitadas 12 organizações produtivas populares em quatro países da América do Sul. No Quadro 2, encontra-se lista com entidades visitadas, sendo especificados o tipo de organização e a localização. Somam sete as organizações localizadas no Brasil, das quais uma no estado de São Paulo e seis em Santa Catarina. No restante da América do Sul, visitaram-se duas organizações na Argentina, uma no Peru e duas no Equador.

No Apêndice, encontra-se modelo de questionário adotado nas visitas e entrevistas realizadas, focadas em três eixos principais:

1. Histórico: relato do contexto e da mobilização que levaram à criação da organização, identificando os principais atores desse processo e suas motivações;
2. Gestão: descrição do funcionamento da entidade, abordando rotina diária, forma de gestão, espaços e processos decisórios e identificação da cadeia produtiva na qual está inserida; e
3. Relações institucionais: avaliação do relacionamento da entidade com outras organizações da economia popular e solidária, universidades, organizações não governamentais (ONGs), instâncias governamentais e outras entidades.

Quadro 2
Organizações visitadas

Organização	Atividade	Localização
Cooperorgânica	Cooperativa agrícola de produtos orgânicos	Sudoeste Paulista – Brasil
Delícias Solidárias	Lanchonete autogestionária	Joinville (SC) – Brasil
Recriando com Fibras	Empreendimento econômico solidário de artesanato	Joinville (SC) – Brasil
Cooperativa Têxtil Fio Nobre	Cooperativa têxtil	Itajaí (SC) – Brasil
Cooperativa Ecológica EcoSerra	Cooperativa agrícola de produtos ecológicos	Lajes (SC) – Brasil
Coopagro	Cooperativa agrícola do Assentamento 30 de Outubro	Campos Novos (SC) – Brasil
Coopercontestado– Cooperativa dos Assentados da Região do Contestado	Cooperativa agrícola de assentados da reforma agrária	Campos Novos (SC) – Brasil
Gráfica Cooperativa Chilavert	Gráfica recuperada pelos trabalhadores	Buenos Aires – Argentina
Cooperativa Têxtil Tupac Amaru	Cooperativa têxtil	Jujuy – Argentina
Central de Cooperativas Cafetaleras COCLA	Central de cooperativas de produtores de café	Quillabamba – Peru
Cooperativa de Producción Pesquera Artesanal y Maricultura El Matal	Cooperativa de pescadores e maricultores	El Matal – Jama- Equador
Parque Cascada de Peguche	Parque turístico com gestão comunitária	Comuna Faccha- Llacta – Otavalo – Equador

Fonte: Elaboração própria.

Caracterização da amostra

Resumo das organizações visitadas

A seguir expõem-se resumos dos relatórios produzidos em cada visita, de maneira a caracterizarem-se as experiências estudadas.

Cooperorgânica – Sudoeste Paulista (SP), Brasil

A Cooperorgânica é uma cooperativa para beneficiamento e comercialização de produtos agrícolas orgânicos da Região Sudoeste do estado de São Paulo. Criada por agricultores familiares afiliados à Federação de Agricultura Orgânica do Sudoeste Paulista para comercializar produtos, a cooperativa agregava em 2010 cerca de setecentos pequenos produtores. A produção à época era comercializada por meio de feiras, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae),⁵ Centrais de Abastecimento (Ceasa) e mercados da região. Manifestou-se o objetivo de evitar atravessadores com a estratégia de vender diretamente ao consumidor.

Relatou-se necessidade de assistência técnica com disponibilização de mais técnicos como condição percebida para auxiliar agricultores no planejamento da produção e na elaboração de projetos de aprimoramento e investimento. A cooperativa oferece aos afi-

⁵ O PAA, também conhecido como Compra Direta, prevê a compra de alimentos da agricultura familiar e sua doação às entidades socioassistenciais que atendam a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional [Brasil (2012)]. Para o Pnae, a Lei 11.947/2009 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas (de acordo com o Artigo 14).

liados financiamento sem juros, com carência do tempo de safra e pagamento das parcelas com produção. Os produtos são todos rastreáveis por códigos para cada produtor.

Cooperativa Têxtil Fio Nobre – Itajaí (SC), Brasil

A Fio Nobre é uma cooperativa de produção têxtil integrante da rede Justa Trama de economia solidária, que trabalha com a fabricação de roupas de tecido de algodão orgânico, totalmente produzidas por empreendimentos econômicos solidários. Além da produção de artigos da Justa Trama, também fabricam itens para comercialização por outros canais com algodão convencional.

A experiência dessa organização ressalta a importância das redes e do apoio de entidades de assistência técnica como as integrantes do Sistema S⁶ para o desenvolvimento de organizações produtivas populares. Tal experiência mostrou, ainda, as barreiras impostas pela legislação para a formalização dos empreendimentos. Quando da visita, em março de 2011, os associados reivindicavam perante o poder público a priorização nas licitações de organizações ligadas à economia solidária e ao desenvolvimento local, para que esses recursos dinamizassem a economia da região.

Delícias Solidárias – Joinville (SC), Brasil

Delícias Solidárias é uma organização classificada como empreendimento econômico solidário dedicado à fabricação e comercializa-

⁶ Sistema S é o nome pelo qual ficou convencionado chamar ao conjunto de 11 contribuições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela constituição brasileira. Inclui entidades como Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop).

ção de alimentos. O grupo mantém lanchonete, na qual os produtos comercializados são produzidos por participantes-membros. Essa lanchonete encontra-se instalada fisicamente na unidade fabril de uma grande empresa, da qual recebe apoio.

Criado com o apoio do Consulado da Mulher,⁷ fundação de valorização da mulher e estímulo à economia solidária mantida pela marca Consul,⁸ o empreendimento demonstra a possibilidade de atuação de empresas privadas no estímulo à economia solidária. À época da visita, as associadas encontravam-se impossibilitadas de se formalizar como cooperativa em razão da exigência legal de mínimo de vinte integrantes. Evidenciou-se nas entrevistas necessidade de revisão da Lei de Cooperativas e do arcabouço legal para empreendimentos associativos.

Recriando com Fibras – Joinville (SC), Brasil

Formado por duas artesãs que lançam mão de fibras naturais para criar novas texturas e cores no papel reciclado, o empreendimento Recriando com Fibras produz cadernos, marcadores de livros, luminárias e diversos itens de artesanato e brindes institucionais com materiais reciclados.

Para a fabricação, utilizam-se aparas de papel descartadas por gráficas da região, diversos tipos de fibras naturais, como de bananeira e sisal. Tonalidades são criadas no papel com o uso de produtos naturais e rejeitos de cozinha, como cascas de cebola, borra de café ou açafraão. Com esses insumos, criam-se coleções inseridas em mercados de semiduráveis com valor adicionado.

⁷ Ver <consuladodamulher.org.br/>. Acesso em: 10 mai. 2012.

⁸ Empresa fabricante de produtos da linha branca (geladeiras, fogões etc.) de Santa Catarina, criada em 1950, a Consul atualmente é uma marca pertencente à Whirlpool Latin America.

A iniciativa também conta com apoio do Consulado da Mulher. Pela impossibilidade de formalização como empreendimento coletivo, uma das artesãs obteve uma licença de empreendedor individual.

Cooperativa Ecológica EcoSerra – Lages (SC)

A EcoSerra é uma cooperativa para comercialização de produtos agrícolas ecológicos, criada pela articulação de agricultores da região de Lages (SC) com membros do Centro Vianei de Educação Popular,⁹ entidade ligada à Igreja católica. A proposta de criação da cooperativa partiu dos agricultores participantes de cursos de formação ministrados pela entidade. A cooperativa comercializava, à época da visita (março de 2011), a maior parte da produção por intermédio dos programas PAA e Pnae, do governo federal.

Nas entrevistas, mostrou-se preocupação com a questão da permanência dos jovens no campo, buscando-se formas de evitar o êxodo das novas gerações para as grandes cidades. Observaram-se atividades voltadas para integração entre os agricultores, com incentivo à troca de conhecimentos.

Coopagro – Assentamento 30 de Outubro – Campos Novos (SC), Brasil

A Coopagro é cooperativa agrícola formada por membros do Assentamento 30 de Outubro, localizado no km 351 da BR-282, no município de Campos Novos (SC). Trabalha-se com a produção agrícola e criação de animais, ambas as atividades de forma estritamente agroecológica.

⁹ Ver <<http://www.vianei.org.br/>>. Acesso em: 8 jul. 2012.

A cooperativa foi formada no contexto de continuidade da mobilização coletiva após luta pela terra e assentamento pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Com isso, tornou-se possível produzir em conjunto e assim aumentar a variedade e quantidade de produtos, bem como possibilitar a comercialização direta da produção, evitando-se deliberadamente atravessadores. Pode-se constatar exemplo positivo e simbólico, considerando-se a inserção dos participantes em movimento social pela reforma agrária (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST).

Coopercontestado – Cooperativa dos Assentados da Região do Contestado – Campos Novos (SC), Brasil

A Cooperativa dos Assentados da Região do Contestado (Coopercontestado) é uma cooperativa formada por agricultores assentados da reforma agrária da Região do Contestado, no Meio-Oeste Catarinense, estabelecida com matriz em Fraiburgo – cidade onde possui uma loja e uma unidade de beneficiamento de grãos. Em Campos Novos, encontra-se a unidade de laticínios. Ao todo, são mais de quatrocentas famílias associadas, envolvendo mais de 1.500 pessoas. Foi visitada a unidade de laticínios, em Campos Novos.

Criada por assentados do MST para beneficiar e comercializar produtos diretamente, sem atravessadores, essa cooperativa integra a rede Ecovida de produtos orgânicos. Conforme se pôde apurar, mantém relacionamento sistemático com outras cooperativas e entidades de assistência técnica para troca de experiências e apoio mútuo.

Gráfica Cooperativa Chilavert – Buenos Aires, Argentina

A Gráfica Imprensa Cooperativa Chilavert é uma fábrica recuperada por trabalhadores da antiga gráfica Gaglianone, localizada na cidade de Buenos Aires, Argentina. Quando da falência da empresa

original, os trabalhadores ocuparam o imóvel em que esta funcionava e retomaram a produção, em forma cooperativa, com o objetivo de manter postos de trabalho.

À época da visita (abril de 2011), a gráfica seguia produzindo em regime de autogestão, integrada ao movimento de fábricas recuperadas. Desde a restauração das operações, obtiveram-se importantes vitórias na justiça contra os antigos donos. Na fábrica funciona também um centro cultural no qual são oferecidos diversos cursos e oficinas na área de artes e cultura. Nas instalações, realizam-se ainda aulas de *bachillerato*, semelhantes à Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Cooperativa Têxtil Tupac Amaru – Jujuy, Argentina

A Cooperativa Têxtil Tupac Amaru é uma cooperativa de trabalho do ramo de corte e costura de roupas e uniformes profissionais e escolares, além de bolsas e outros pequenos produtos. Essa cooperativa é parte da Organización Barrial Tupac Amaru, movimento social iniciado na província argentina de Jujuy e que hoje está presente em 15 das 23 províncias do país.

Mobilizado ao redor da construção de conjuntos habitacionais de modo cooperativo pelos próprios futuros moradores, o movimento social trabalha com abordagem de geração de trabalho e renda por meio de cooperativas nas mais diversas áreas. Nos bairros construídos pela Tupac Amaru, além das moradias e da infraestrutura básica de água, luz e saneamento, são construídas áreas de lazer, escolas, postos médicos e cooperativas de trabalho, entre outros edifícios de utilidade pública. Frequentemente encontram-se custos inferiores aos cobrados por grandes empreiteiras privadas, com qualidade superior e gerando-se relativamente mais postos de trabalho.

Central de Cooperativas Cafetaleras COCLA – Quillabamba, Peru

A COCLA é uma central de cooperativas de cafeicultores da região de Quillabamba, no Peru. Criada em 1967, a COCLA reúne 22 das 23 cooperativas *cafetaleras* da região, totalizando mais de oito mil agricultores. Além dos diversos tipos de café, hoje trabalham também com cacau, mel e outros produtos agrícolas. A central era, à época da visita (setembro de 2011), a maior exportadora de café do Peru, encontrando-se articulada a redes internacionais de comércio justo, agricultura orgânica e cafés *gourmet*.

Ao longo dos mais de quarenta anos de funcionamento, foi construída estrutura de apoio aos produtores, que abrange: (1) educação formal, (2) formação em cooperativismo e associativismo, (3) centros de saúde, (4) programas de conscientização na área de higiene e saúde e (5) banco comunitário. Os membros alegaram empreender esforço sistemático para documentação das atividades, identificação de funções e estabelecimento de limites e responsabilidades para os diferentes cargos, produzindo material de referência nessa área.

Cooperativa de Producción Pesquera Artesanal y Maricultura El Matal – Jama, Equador

A Cooperativa de Producción Pesquera Artesanal y Maricultura El Matal é uma cooperativa de pesca artesanal e maricultura da comunidade de El Matal, cantão de Jama, província de Manabí, no litoral do Equador. Fundada em 1996, foi formalizada juridicamente no ano de 2000. A cooperativa agrupava, à época da visita (dezembro de 2011), pescadores artesanais dessa comunidade, promovendo intermédio da comunidade com os programas do governo para apoio à categoria.

Criada por meio do incentivo do governo federal às cooperativas de pescadores artesanais, mas sem contar com nenhuma forma de apoio quanto à organização de trabalho coletivo, no momento da vi-

sita a cooperativa estritamente intermediava as ações governamentais. Os membros da cooperativa alegaram intenção de estruturá-la para realizar beneficiamento dos pescados e venda de produtos derivados de peixe.

Parque Cascada de Peguche – Comuna Faccha Llacta – Otavalo, Equador

O Parque Cascada de Peguche se localiza na Comuna Faccha Llacta, nos arredores de Otavalo, no Equador. Construído e gerido pela comunidade indígena local ao redor da cachoeira que lhe dá nome, o parque é fruto de décadas de luta da população tradicional pela terra de seus ancestrais e por respeito a sua cultura. A terra, habitada historicamente por indígenas, vinha sendo explorada por um fazendeiro espanhol, detentor do título de propriedade. A população foi escravizada, até que a comunidade organizada comprou as terras de volta.

Criado há dez anos por intermédio de mutirões e patrocínio de entidades internacionais para as obras, o parque é administrado pela própria comunidade, por meio da comuna, espécie de associação de moradores. Com graves conflitos com o banco financiador da compra do terreno, a prefeitura local e uma entidade estrangeira instalada na vila, a comunidade, à época da visita, via-se ameaçada de perder o parque que construiu nas terras dos antepassados de seus habitantes.

Síntese das experiências estudadas

Entre as iniciativas visitadas, encontram-se cinco cooperativas agrícolas, duas têxteis, uma de pescadores, uma gráfica recuperada pelos trabalhadores, um parque turístico gerido comunitariamente, um grupo de produção e comercialização de lanches e um de artesanato.

Quanto à pessoa jurídica, nove experiências se encontravam, à época das visitas, legalizadas como cooperativas; uma como comuna; uma como empreendedor individual; e uma permanecia como grupo informal.

Em relação à localização, seis se situam em áreas urbanas ou periurbanas e seis em regiões agrícolas. Um dos grupos pertence a uma pequena comunidade de pescadores artesanais, duas são compostas por populações tradicionais andinas, de origem pré-hispânica, e outras duas por assentados pela reforma agrária pela luta no MST.

Ante as diversas particularidades das organizações visitadas, as semelhanças correspondem aos temas aos quais todos os entrevistados se referiram de forma consensual. Em geral, esses pontos de encontro são as dificuldades enfrentadas e os desafios a serem transpostos para gerenciar empreendimentos em uma economia de mercado, sobretudo quando se trabalha coletivamente em uma sociedade capitalista.

Classificação e análise das experiências

Pode-se afirmar que a heterogeneidade de realidades e características das organizações produtivas populares visitadas evidencia a necessidade de que toda ação de apoio e fomento a essas iniciativas seja adaptada ao contexto em que está inserida. Considerando-se, porém, que não é viável que o planejamento de políticas públicas e programas governamentais seja feito caso a caso, revela-se necessário que sejam estabelecidas linhas gerais e objetivos das ações, havendo flexibilidade quanto às ações e metodologias, para que se adaptem a cada realidade.

Para superar esse desafio, cumpre-se identificação de aspectos comuns das organizações a serem apoiadas. A categorização permi-

te que se identifiquem, para cada grupo de organizações com realidades semelhantes, as necessidades mais prementes e os desafios mais importantes a serem enfrentados. Estando claros objetivos e necessidades de cada público, acredita-se possível planejar melhor a forma de atuação, em cada uma das categorias, por parte de governos, entidades de fomento e outros atores interessados em agir nesse meio.

Categorias identificadas

Buscou-se tipificar as organizações produtivas populares segundo os atores envolvidos na formação dos grupos – quem os compõe e quem fornece apoio na experiência cotidiana. Não se trata aqui de apoios pontuais, por vezes concedidos por intermédio de projetos ou de entidades de fomento, mas sim de parceiros mais perenes, que participam das dificuldades encontradas no dia a dia.

Essa tipificação é importante para compreender a mobilização que levou à formação do grupo e o contexto de sua ocorrência e também é extremamente útil para identificar com quais atores se deve trabalhar. Identificando-se quem são os responsáveis pela formação e continuidade das iniciativas coletivas torna-se possível reconhecer quem são os macroatores¹⁰ a serem fomentados e apoiados. Da mesma maneira, torna-se possível compreender quais devem ser os parceiros do poder público nos projetos de apoio e suplementação de recursos.

¹⁰ Considerados aqui pessoas físicas ou jurídicas, específicas ou categorias, que incentivam, formam ou apoiam as organizações produtivas populares e outras iniciativas ligadas à economia popular e solidária e à gestão social. Ex: ONGs, entidades de apoio ao movimento cooperativista, grupos de universidades, associações de moradores, entre outros.

Outra categoria percebida como essencial para o entendimento da dinâmica de formação das organizações produtivas populares foi o porquê da formação dos grupos, o objetivo que levou à união das pessoas em torno daquela iniciativa coletiva. Essa categoria apresenta também a forma de atuação, o tipo de trabalho que é desenvolvido. Em certo nível se mescla com a motivação interna que levou ao trabalho coletivo, mas não aborda profundamente esse aspecto nem esclarece as causas subjacentes, subjetivas.

O tema da motivação interna, subjetiva, que levou os trabalhadores a se unir em uma iniciativa de trabalho coletivo, é relevante para entender os problemas sociais a que estão sujeitos. Porém, o estudo desse tema de maneira aprofundada e embasada requer instrumental e referencial que extrapolam os objetivos do presente trabalho.

Cabe ressaltar que há casos em que um grupo foi identificado como pertencente a mais de uma tipificação, por suas características intrínsecas ou pela abrangência de atuação.

Quem – atores mobilizadores

Em relação a essa primeira categoria, foram identificados, entre as organizações visitadas, quatro tipos de atores sociais que mobilizaram os trabalhadores para o trabalho coletivo. São eles: mobilização comunitária; movimentos sociais; fundação privada de assistência social/responsabilidade social; e categoria profissional.

Mobilização comunitária (território/identidade) (Quadro 3)

Casos em que a formação do grupo surgiu da mobilização de comunidade para enfrentamento de problemas cotidianos. Nessas organizações, percebeu-se como importante a identificação dos membros com o território em que estão inseridos e a identificação entre as

pessoas como membros de uma mesma comunidade, um só clã ou conjunto de famílias com destino compartilhado.

Quadro 3
Mobilização comunitária

Organização	Atividade	Localização
Cooperativa Cafetalera COCLA	Central de cooperativas de produtores de café	Quillabamba – Peru
Cooperativa Têxtil Tupac Amaru	Cooperativa têxtil	Jujuy – Argentina
Parque Cachoeira de Peguche	Parque turístico com gestão comunitária	Comuna Faccha Llacta – Otavalo – Equador

Fonte: Elaboração própria.

Movimentos sociais (Quadro 4)

Casos em que a mobilização foi promovida por movimentos sociais nos quais os participantes encontravam-se inseridos, cuja atuação levou à formação dos grupos. Em alguns casos, os participantes já estavam mobilizados anteriormente, com atuação no movimento social em outras lutas (luta pela terra, luta pela moradia). Quando a necessidade primordial foi superada (conseguiram a terra ao serem assentados, ou a moradia), surgiu novo desafio (geração de renda, comercialização de produtos).

Em outros dois casos apresentados, os trabalhadores já atuavam individualmente e, com a inserção em movimentos sociais (economia solidária) ou organização de entidades representativas (Federação de Agricultores Orgânicos), passaram a discutir a possibilidade de se unir como coletivo e enfrentar, por meio do trabalho associado, os desafios inerentes aos pequenos produtores.

Quadro 4

Movimentos sociais

Organização	Atividade	Localização
Cooperativa Têxtil Tupac Amaru	Cooperativa têxtil	Jujuy – Argentina
Coopercontestado– Cooperativa dos Assentados da Região do Contestado	Cooperativa agrícola de assentados da reforma agrária	Campos Novos (SC) – Brasil
Cooperorgânica	Cooperativa agrícola de produtos orgânicos	Sudoeste Paulista – Brasil
Cooperativa Têxtil Fio Nobre	Cooperativa têxtil	Itajaí (SC) – Brasil
Coopagro	Cooperativa agrícola do Assentamento 30 de Outubro	Campos Novos (SC) – Brasil

Fonte: Elaboração própria.

***Fundação privada de assistência social/responsabilidade social
(Quadro 5)***

Casos em que a organização foi incentivada pela atuação de fundação ligada a empresas privadas ou entidades religiosas. Algumas empresas mantêm projetos de responsabilidade social nos quais apoiam grupos excluídos socialmente. Diversas entidades religiosas também realizam atividades de assistência social, com atuação em prol dos setores desfavorecidos da sociedade. Dois dos grupos visitados foram fomentados por fundação mantida por empresa privada que trabalha com a valorização da mulher na sociedade e geração de trabalho e renda. Outro surgiu da relação entre agricultores e técnicos de entidade ligada à Igreja católica que trabalha com educação popular e cooperativismo em benefício de agricultores da região de Lages, em Santa Catarina.

Quadro 5

Fundação de assistência social/responsabilidade social

Organização	Atividade	Localização
Delícias Solidárias	Lanchonete autogestionária	Joinville (SC) – Brasil
Recriando com Fibras	Empreendimento econômico solidário de artesanato	Joinville (SC) – Brasil
Cooperativa Ecológica EcoSerra	Cooperativa agrícola de produtos ecológicos	Lajes (SC) – Brasil

Fonte: Elaboração própria.

Categoria Profissional (Quadro 6)

Casos em que a formação do arranjo social se verifica por meio da mobilização de categoria profissional como forma de enfrentar desafios comuns encarados pelos trabalhadores de determinado setor no território em que estão inseridos. Nesse âmbito, encontrou-se cooperativa de pescadores, central de cooperativas de cafeicultores e fábrica recuperada por trabalhadores após a falência da empresa.

Quadro 6

Categoria profissional

Organização	Atividade	Localização
Grafica Cooperativa Chilavert	Gráfica recuperada pelos trabalhadores	Buenos Aires – Argentina
Cooperativa Cafetalera COCLA	Central de cooperativas de produtores de café	Quillabamba – Peru
Cooperativa de Producción Pesquera Artesanal y Maricultura El Matal	Cooperativa de pescadores e maricultores	El Matal – Cantón Jama – Equador

Fonte: Elaboração própria.

Em todos os casos observados nessa categoria, os trabalhadores já dominavam a técnica, o ofício que desenvolvem e, por meio do trabalho coletivo, conquistaram a propriedade dos meios de produção. No entanto, têm ainda de enfrentar desafios na organização, na gestão das pessoas e do trabalho coletivo.

Por que – fatores que levaram à mobilização

Em relação a essa segunda categoria, foram identificadas, entre as organizações visitadas, cinco modalidades de tipificação que motivaram os trabalhadores para o trabalho associativo. São elas: comercialização e apoio a pequenos produtores autônomos; geração de trabalho e renda; manutenção de postos de trabalho; valorização de grupos oprimidos; e acesso a políticas públicas.

Comercialização e apoio a pequenos produtores autônomos (Quadro 7)

Organizações que foram criadas por pequenos produtores para comercializar produtos de forma coletiva. As organizações produtivas populares aparecem como estratégia para eliminar ou diminuir a dependência de atravessadores, permitir maiores ganhos pelo volume comercializado e diminuir custos logísticos (até mesmo vencer limitações logísticas).

Essas entidades, além da comercialização, realizam um trabalho primordial de apoio aos pequenos produtores e troca de experiências. Por meio da organização coletiva, tornam-se possíveis a contratação de técnicos para dar suporte aos produtores e a criação de diversos projetos e programas de apoio em diversas áreas, como formação, saúde e crédito.

Uma característica relevante desse tipo de organização é o nível de autonomia de cada produtor em seu trabalho, sua área. A organização funciona como articulação de entes autônomos.

Quadro 7

Comercialização e apoio a pequenos produtores autônomos

Organização	Atividade	Localização
Cooperativa Cafetalera COCLA	Central de cooperativas de produtores de café	Quillabamba – Peru
Cooperorgânica	Cooperativa agrícola de produtos orgânicos	Sudoeste Paulista – Brasil
Coopercontestado– Cooperativa dos Assentados da Região do Contestado	Cooperativa agrícola de assentados da reforma agrária	Campos Novos (SC) – Brasil
Cooperativa Ecológica EcoSerra	Cooperativa agrícola de produtos ecológicos	Lages (SC) – Brasil

Fonte: Elaboração própria.

Geração de trabalho e renda/trabalho coletivo (Quadro 8)

Organizações criadas com o objetivo de geração de trabalho e renda, nas quais o trabalho é realizado coletivamente, em um mesmo espaço físico, com forte relacionamento entre as pessoas envolvidas. Em geral, esse tipo de organização ocorre em atividades em que o trabalho realizado é um ofício, trabalho manual ou fabril. Entre os locais visitados, enquadram-se nessa categoria grupos de artesanato, lanchonete e unidade fabril de cooperativa.

Quadro 8

Geração de trabalho e renda/trabalho coletivo

Organização	Atividade	Localização
Cooperativa Cafetalera COCLA – Unidade de Processamento	Central de cooperativas de produtores de café	Quillabamba – Peru

Organização	Atividade	Localização
Cooperativa Têxtil Tupac Amaru	Cooperativa têxtil	Jujuy – Argentina
Delícias Solidárias	Lanchonete autogestionária	Joinville (SC) – Brasil
Recriando com Fibras	Empreendimento econômico solidário de artesanato	Joinville (SC) – Brasil
Cooperativa Têxtil Fio Nobre	Cooperativa têxtil	Itajaí (SC) – Brasil

Fonte: Elaboração própria.

Manutenção dos postos de trabalho/fábricas recuperadas (Quadro 9)

Organizações formadas na falência de uma empresa capitalista, quando os trabalhadores tomam o controle da fábrica para manter seus postos de trabalho. Diante da possibilidade de perda do emprego, sem perspectiva de recolocação no mercado de trabalho, os funcionários se unem para levar adiante a operação da empresa, mas sem a figura do patrão, por meio da autogestão. Nessa tipificação, encontra-se a Gráfica Cooperativa Chilavert.

Quadro 9

Manutenção dos postos de trabalho/fábricas recuperadas

Organização	Atividade	Localização
Grafica Cooperativa Chilavert	Gráfica recuperada pelos trabalhadores	Buenos Aires – Argentina

Fonte: Elaboração própria.

Valorização de grupos oprimidos (Quadro 10)

Grupos que têm como elemento unificador a tentativa de valorização pessoal, por se tratar de minorias ou de grupos oprimidos,

batalhando não só pela geração de trabalho e renda, mas também pela construção de uma identidade e autoafirmação. São grupos em que o caráter libertário da atividade realizada, ou do simples ato de estar realizando um trabalho remunerado, chega a ser tão ou mais importante que a remuneração financeira obtida.

Nessa categoria, encontraram-se dois grupos de mulheres, fomentados por uma fundação de valorização da mulher por meio da geração de trabalho e renda, e um parque criado e mantido por uma comunidade indígena, em eterna luta contra a opressão de diversos tipos de colonialismo.

Quadro 10
Valorização de grupos oprimidos

Organização	Atividade	Localização
Delícias Solidárias	Lanchonete autogestionária	Joinville (SC) – Brasil
Recriando com Fibras	Empreendimento econômico solidário de artesanato	Joinville (SC) – Brasil
Parque Cachoeira de Peguche	Parque turístico com gestão comunitária	Comuna Faccha Llacta – Otavalo – Equador

Fonte: Elaboração própria.

Acesso a políticas públicas (Quadro 11)

Grupos que foram criados com objetivo de ser intermediadores entre o poder público e trabalhadores economicamente marginalizados para melhorar o acesso a políticas públicas. Esse tipo de organização ocorre quando existem políticas públicas de apoio a trabalhadores autônomos marginalizados com prioridade a cooperativas ou obrigatoriedade da formação destas para o acesso ao benefício. Nesse caso, a política pública é iniciadora de um processo

de cooperação entre os trabalhadores, podendo a organização se limitar ao acesso aos benefícios pretendidos ou extravasar para o trabalho em conjunto.

Quadro 11

Acesso a políticas públicas

Organização	Atividade	Localização
Cooperativa de Producción Pesquera Artesanal y Maricultura El Matal	Cooperativa de pescadores e maricultores	El Matal – Cantón Jama – Ecuador

Fonte: Elaboração própria.

Desafios encontrados

As organizações visitadas, tomando-se a classificação segundo atores mobilizadores, variaram desde experiências de auto-organização e autogestão, sem qualquer apoio direto de instituições pertencentes ao grande capital ou ao estado, até iniciativas que surgiram fomentadas pela atuação de entidades privadas.

Quanto à motivação, encontraram-se situações em que o associativismo foi motivado pela necessidade de acesso a recursos públicos, o que em si não contribui para a sustentabilidade dos empreendimentos coletivos. Em outras experiências, contudo, o associativismo foi percebido como estratégia para geração de emprego e renda, desempenhando o trabalho coletivo papel central na organização.

Com base nas categorias identificadas e na análise das organizações visitadas, é possível perceber áreas em que são necessárias políticas públicas e alguns elementos de que estas devem dispor para que sejam efetivas no esforço de fomento e apoio às organizações produtivas populares. Com base na categorização realizada, passa-se, então,

a um esforço de identificação das características básicas de políticas públicas para cada grupo tipificado, enfatizando as particularidades.

As ações reconhecidas como necessárias têm como objetivo primário fortalecer os atores identificados como os mobilizadores do trabalho coletivo. Esse fortalecimento é pensado para que esses atores possam exercer seu papel de despertar na população dos territórios em que estão inseridos as discussões acerca do associativismo e induzir a participação em iniciativas desse gênero.

Quanto às motivações, é possível identificar que as características de políticas sugeridas buscam levar as organizações a atingir os objetivos que suscitaram sua formação ao mesmo tempo em que as estimulam a ir além, extrapolar os limites da motivação inicial, passando-se a trabalhar também outros temas e a aprofundar a experiência que estão realizando.

A observação dos quadros anteriores demonstra haver um conjunto de elementos básicos necessários para todos os tipos de organizações identificadas. Estes são fatores-chave para o desenvolvimento estruturado e sustentável da economia popular e solidária. São eles:

1. Formação: atividades de educação baseadas no diálogo e na troca de saberes para a construção do conhecimento, como proposto em *Pedagogia da Autonomia* [Freire (1997)]. Especialmente necessária em áreas como princípios de associativismo, gestão da produção e finanças e em temas específicos ao trabalho desenvolvido por cada organização.
2. Assessoria: apoio técnico em áreas como planejamento produtivo, gestão e elaboração de projetos, com o objetivo de potencializar a capacidade dos assessorados, promovendo sua

autonomia [Henriques (2008)], com base em abordagens como a agroecologia, permacultura e utilizando tecnologias sociais.

3. Crédito: linhas de crédito desburocratizadas, direcionadas a pequenos produtores e organizações autogestionárias, especialmente para infraestrutura, crédito produtivo e safra. Cabe ressaltar a importância do microcrédito e dos bancos comunitários na democratização do acesso ao crédito.

Formação e assistência técnica

A formação – não só em elaboração de projetos, mas principalmente em gestão, com teorias econômicas e ferramentas, associativismo e cooperativismo, e em temas específicos ao ramo trabalhado por cada organização – parece requisito primordial para o enfrentamento dos desafios. A formação deve ser baseada no diálogo e valorizando a troca de experiências com quem trabalha no ramo para a construção do conhecimento.

Imagina-se que a valorização do conhecimento empírico como base para o diálogo também deve ser a tônica do trabalho das entidades de assistência técnica, as quais necessitam de investimentos e readequação de práticas para encarar o desafio de construção de uma nova economia.

O trabalho de assistência técnica deveria assegurar autonomia da população e sustentabilidade ambiental, social e econômico-financeira. Para isso, percebe-se a importância de se valorizar a agroecologia em detrimento do uso indiscriminado de agrotóxicos na produção, bem como a aplicação de tecnologias sociais e tecnologias apropriadas.

Formalização

Outra dificuldade enfrentada pelos grupos que se propõem a trabalhar coletivamente é a formalização dos empreendimentos. A lei

brasileira de cooperativas [Brasil (1971)], instituída em plena ditadura militar, estabelece, entre outras barreiras, o mínimo de vinte integrantes para a formalização. Este é considerado número arbitrário e incoerente com a realidade dos coletivos que se reúnem em torno de atividades produtivas. Essa e outras exigências da formalização fazem diversos empreendimentos permanecerem na informalidade. Em algumas experiências relatou-se a prática de incluir na documentação pessoas que a rigor não participam do trabalho para possibilitar a formalização, o que pela lei constitui delito de falsidade ideológica e pode trazer consequências legais para os envolvidos.

Os grupos que não conseguem se regularizar, além de se verem impossibilitados de acessar linhas de crédito ou políticas públicas, também não podem obter os registros necessários para comercializar produtos no comércio, o que ameaça a viabilidade financeira dos empreendimentos.

Difusão do ideal do associativismo

Por fim, há ainda o desafio social e humano de criação de cultura de cooperação e comunhão em uma sociedade pautada pela competição e pelo individualismo. Tal transição se apresenta como processo desafiador, pessoal e coletivamente, enfrentado por aqueles que se propõem ao trabalho associado. Em um mundo em que a educação formal, a mídia e diversos outros meios formadores de opinião valorizam o individual em detrimento do coletivo, experimentar o desenvolvimento comunitário requer esforço constante, tanto internamente, no âmbito pessoal (pensamentos, reflexão), quanto externamente, no âmbito social (atitudes, preconceitos).

Os atores sociais que compõem o objeto de estudo do presente trabalho, enfrentando os diversos desafios, seguem acreditando na

construção coletiva e na mobilização comunitária como base para a reprodução ampliada da vida [Corragio (2007)].

Dificuldade no acesso a crédito para giro e investimentos

A dificuldade mais ressaltada foi a de acesso ao crédito. Unanimemente, as organizações alegaram ter necessidade de investimentos para desenvolver maior produtividade. Em alguns casos, a necessidade mais premente parecia ser a construção ou obtenção de edificação-sede para o empreendimento. Verificou-se que algumas entidades não dispunham de condições mínimas para realização do trabalho.

Se fossem consultadas micro e pequenas empresas (MPME), a resposta possivelmente seria a mesma. No caso das organizações visitadas, formadas por pequenos produtores, em geral sem formação em gestão, com dificuldade de comprovação de rendimentos ou apresentação de garantias e muitas vezes trabalhando na informalidade, as dificuldades relatadas pareceram ainda maiores.

Os bancos comerciais em geral não oferecem linhas de crédito para empreendimentos associativos, e as exigências para acesso ao crédito para MPME não são condizentes com a realidade daquelas organizações. Bancos de fomento e outros órgãos estatais, como ministérios e secretarias, muitas vezes possuem recursos destinados a apoiar esse tipo de iniciativa, mas as formalidades para acessá-los usualmente pareceram inviabilizar os pleitos de organizações produtivas populares. Esse cenário se configura até mesmo no caso de recursos não reembolsáveis,¹¹ com grande potencial transformador em pequenas comunidades.

¹¹ Recursos do Fundo Social do BNDES e da área de Tecnologias Sociais da Finep, não reembolsáveis, aguardam muitas vezes aumento no número de projetos capazes de acessá-los.

A elaboração de projetos para acesso a políticas públicas e financiamentos foi relatada como grande dificuldade de empreendimentos da economia popular. Remete-se às deficiências da educação pública no país e aos problemas no acesso à educação superior.

Para que a elaboração de projetos de qualidade, por atores estudados no presente trabalho, verifique-se no curto prazo, percebem-se necessários investimentos em formação e assistência técnica. A atuação direta dos membros das instituições de fomento na estruturação conjunta de projetos foi relatada como desejável, de maneira a acelerar os processos e permitir-se aprendizado pelas comunidades associadas.

Síntese das visitas: 12 experiências, 12 realidades

Cada experiência revela realidade distinta e específica, com desafios e encaminhamentos próprios. Nos relatos registrados, encontraram-se diferenças importantes: ramos de atividade; formas de atuação; grau de profissionalismo na gestão; motivação e ideais; integração com outras entidades congêneres.

Tomadas em conjunto, as experiências sugerem a dificuldade de formulação de políticas públicas únicas e gerais. A correlação dos casos com a cultura e o território, bases da diversidade encontrada, sugere que políticas públicas devem ser descentralizadas e implementadas com envolvimento das comunidades.

É importante enfatizar que as experiências evidenciam que ações devem ser realizadas de forma integrada e continuada. Ações pontuais de formação sem acompanhamento posterior por meio de assessoria não contribuem para a fixação do conhecimento oferecido. Problema semelhante pode ocorrer quando há assessoria técnica sem formação integrada, discussão e construção de conhecimento em conjunto, uma vez que tais ações não proporcionam a emanci-

pação dos atendidos, gerando dependência em relação ao técnico externo. Por outro lado, o crédito sem formação orientada à construção de um projeto e planejamento das ações e sem assessoria técnica que auxilie no controle dos gastos pode ocasionar mau uso dos recursos públicos.

Percebeu-se ainda, para todos os tipos de organização identificados, o bom resultado potencial da aplicação de políticas públicas já disponíveis, o que indica a capacidade latente de desenvolvimento da economia solidária. Para ativar esse potencial, a descentralização e a ênfase no território e na cultura local parecem caminho indicado.

Finalmente, acredita-se que o apoio às experiências relatadas pode estimular mudanças positivas na qualidade de vida da população envolvida, na medida em que essas organizações integram a geração de recursos financeiros ao desenvolvimento pessoal, a valorização da autoestima e a ampliação dos benefícios gerados ao território em que estão inseridos. O acesso desses atores às políticas públicas, sobretudo por meio de simplificação de procedimentos e formalidades, tem o potencial de desencadear um ciclo de desenvolvimento endógeno, com grandes benefícios para o país.

Quadro 12

Quem – atores mobilizadores

Quem: atores mobilizadores	Políticas	Ações	Atores/instituições
Mobilização comunitária	Estímulo à integração territorial	Comitês territoriais de gestão de recursos naturais	Ministérios (MDA e MDS)
		Estímulo à formação de entidades comunitárias (associações de moradores, cooperativas de moradia, bancos comunitários)	Ministérios (MDA, MDS), secretarias estaduais, ITCP

Categorias	Políticas	Ações	Atores/instituições
		Adotar abordagem territorial nas políticas públicas	Ministérios e governos estaduais
	Valorização da cultura local	Pontos de cultura	Ministério da Cultura
	Apoio às iniciativas coletivas	Formação e assessoria em associativismo, gestão, comercialização, logística	Senaes, MDA, Sistema S, órgãos de assessoria e assistência técnica, ITCP
		Assessoria técnica com base na agroecologia, permacultura e técnicas/tecnologias sociais emancipadoras	Senaes, MDA, órgãos de assessoria e assistência técnica, ITCP
		Crédito para infraestrutura	Bancos de fomento, bancos estatais
Movimentos sociais	Atenção às demandas dos movimentos sociais	Abertura de espaços de diálogo entre poder público e movimentos sociais	Governo federal, ministérios, governos estaduais
		Efetivação da reforma agrária	INCRA
	Apoio a agricultores assentados	Formação e assessoria em associativismo, gestão, comercialização, logística	Senaes, MDA, Sistema S, órgãos de assessoria e assistência técnica, ITCP
		Assessoria técnica com base na agroecologia e técnicas/tecnologias sociais emancipadoras	Senaes, MDA, Sistema S, órgãos de assessoria e assistência técnica, ITCP
		Crédito para infraestrutura	Bancos de fomento, bancos estatais
		Fortalecimento de PAA e Pnae	MDA, MDS
Fundações privadas	Estímulo ao trabalho dessas instituições	Integração das fundações com políticas públicas e órgãos governamentais	Sistema S, programas governamentais de desenvolvimento local
		Elaboração de incentivos que não comprometam a arrecadação fiscal nem a livre-concorrência	Secretaria da Fazenda, MDIC, MDS

Categorias	Políticas	Ações	Atores/instituições
	Acompanhamento das ações	Fiscalização do trabalho efetuado e divulgado e das consequências sociais da atuação	MDS, MDIC
Categoria profissional	Estímulo à inovação para conquista da sustentabilidade	Formação em novas técnicas/tecnologias – atualização profissional	Universidades, Sistema S, órgãos de C,T & I, ITCP
		Criação de espaços de experimentação – centros de inovação	Universidades, Sistema S, órgãos de C,T & I
	Apoio institucional	Formação e assessoria em associativismo, gestão, comercialização, logística	Senaes, MDA, Sistema S, órgãos de assessoria e assistência técnica, ITCP
		Assessoria técnica com base na agroecologia, permacultura e técnicas/tecnologias sociais emancipadoras	Senaes, MDA, Sistema S, órgãos de assessoria e assistência técnica, ITCP
		Crédito produtivo e para infraestrutura	Bancos de fomento, bancos estatais

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 13 Por que – fatores que levaram à mobilização

Categorias	Políticas	Ações	Atores/instituições
Por que: fatores que levaram à mobilização	Geração de trabalho e renda	Fomento	Oficinas de ofícios manuais profissionalizantes e de possíveis negócios/ ramos de atuação
			Oficinas de apresentação do associativismo/ cooperativismo
	Apoio institucional	Formação e assessoria em associativismo, gestão, comercialização, resolução de conflitos	IFES, universidades, Sistema S, entidades de assessoria/ assistência técnica, ITCP

Categorias	Políticas	Ações	Atores/instituições
		Crédito produtivo e para infraestrutura	Bancos de fomento, bancos estatais, ministérios
Comercialização	Apoio institucional	Formação e assessoria em associativismo, gestão, comercialização, logística	Senaes, MDA, Sistema S, órgãos de assessoria e assistência técnica, ITCP
		Assessoria técnica com base na agroecologia e técnicas/tecnologias sociais emancipadoras	Senaes, MDA, Sistema S, órgãos de assessoria e assistência técnica, ITCP
	Fomento e apoio a iniciativas de beneficiamento dos produtos primários	Crédito para infraestrutura	Bancos de fomento, bancos estatais
		Fortalecimento de PAA e Pnae	MDA, MDS
Valorização de grupos oprimidos	Estímulo a iniciativas de valorização	Coordenação com entidades de direitos humanos; acompanhamento psicossocial	Entidades de assistência social e direitos humanos
		Momentos de encontro/troca de experiências	Entidades de assistência social e assessoria técnica
	Fomento da emancipação por meio do trabalho associado	Formação e assessoria em associativismo, gestão, comercialização, resolução de conflitos	IFES, universidades, Sistema S, entidades de assessoria/ assistência técnica, ITCP
		Oficinas de ofícios manuais profissionalizantes	IFES, Sistema S
Acesso a políticas públicas	Estímulo à continuidade da entidade e ampliação da atuação com trabalho coletivo	Formação e assessoria em associativismo, gestão, comercialização, logística	IFES, universidades, Sistema S, entidades de assessoria/ assistência técnica, ITCP
		Crédito para infraestrutura	Bancos de fomento, bancos estatais, ministérios

Categorias	Políticas	Ações	Atores/instituições
	Limitação do assistencialismo	Planejamento da política de forma que o acesso a benefícios seja gradualmente ampliado, à medida que se efetivem os processos coletivos	Ministérios/ secretarias
Manutenção dos postos de trabalho – fábricas recuperadas	Reconhecimento e apoio à iniciativa dos trabalhadores	Agilizar reconhecimento e formalização de fábricas recuperadas	Judiciário (recuperação judicial), Secretaria de Fazenda
		Separação legal, para que a cooperativa não assuma a dívida da empresa falida	Judiciário, legislativo (Lei de Falências)
		Crédito para renovação de maquinário e planta	Bancos de fomento, bancos estatais, ministérios
	Estímulo à continuidade das operações por meio do trabalho coletivo	Formação e assessoria em associativismo, gestão, comercialização, logística	IFES, universidades, Sistema S, ITCP
	Estímulo à inovação para conquista da sustentabilidade	Assessoria em P&D, integração a sistemas de inovação	Universidades, Sistema S, órgãos de C,T & I

Fonte: Elaboração própria

Conclusão

O surgimento de organizações produtivas populares e outras iniciativas associativas se encontra inserido na busca das comunidades por alternativas para a reprodução ampliada da vida, em contexto histórico marcado por problemas sociais e ambientais. No marco teórico da economia popular e solidária, a cooperação em diversos âmbitos é vista como importante elemento promotor de relações sociais harmônicas entre os distintos atores sociais, valorizando-se também a integração responsável ao meio ambiente.

Com esse referencial, analisaram-se os desafios que podem se oferecer para as organizações produtivas populares e demais iniciativas da economia popular e solidária, estimulando-se o protagonismo social, a emancipação humana e o associativismo.

Foram realizadas visitas a 12 organizações produtivas populares no decorrer de uma viagem de bicicleta que durou um ano e três semanas, período durante o qual foram percorridos seis países da América do Sul.

Buscou-se identificar os atores responsáveis pela mobilização em torno do trabalho coletivo e as principais motivações que levaram as pessoas a se dedicar a essa forma de trabalho e vida. Categorizando-se as organizações visitadas segundo esses dois parâmetros, foi possível tipificar as experiências e distinguir as singularidades de cada grupo encontrado. Com base então nessa tipificação e nos desafios enfrentados por aquelas organizações e relatados nas entrevistas, foram elencadas as principais características percebidas como necessárias às políticas públicas.

Esses desafios se referem especialmente ao distanciamento e ao excesso de formalidade na relação entre poder público e sociedade civil, refletindo-se nas metodologias utilizadas para a formulação, planejamento e execução das políticas. A integração das diversas políticas públicas existentes pode potencializar a efetivação do apoio em larga escala às organizações produtivas populares. Percebe-se que essa integração deve se dar tanto no âmbito governamental, no relacionamento entre os ministérios e órgãos estaduais e entre estes e os municípios, quanto no âmbito territorial, por meio dos comitês territoriais e semelhantes soluções.

Conforme se pode verificar nas entrevistas, canais de diálogo com o setor público são percebidos como de suma importância para adequar as políticas públicas às diversas realidades locais, coorde-

nar o trabalho realizado por diferentes instituições, possibilitar a troca experiências, a proposição pela sociedade de novas ações e a discussão de novas oportunidades e possibilidades, abertas por políticas públicas, linhas de crédito, experiências de outros territórios, entre outras. As oportunidades pertinentes a cada território precisam então ser amplamente divulgadas à população local, função na qual as redes exercem um papel primordial, repassando as informações aos atores conectados.

Foi ainda possível concluir que se considera fundamental rever o excesso de formalismo da máquina pública, desburocratizando-se a relação desta com pessoas e organizações. Ressaltam-se dificuldades para acesso ao crédito, regras excessivas, encargos e morosidade para formalização como pessoas jurídicas e dificuldades para elaboração de projetos.

A relação continuada entre técnicos e atores sociais foi frequentemente identificada como base também das iniciativas de formação e assessoria exitosas. Construindo-se conhecimento com a pessoa que está sendo assessorada, com base em seus saberes teóricos e empíricos, com vistas a sua emancipação, pode-se gerar a autonomia em relação ao técnico. Dessa forma, o aprendiz pode chegar a se tornar um mestre formador, levando o conhecimento criado e acumulado a outros, o que induz um efeito multiplicador. Para isso, abordagens como agroecologia, permacultura e pedagogia da autonomia oferecem conceitos, ferramentas e práticas valiosas.

Apêndice: roteiro das entrevistas

Informações básicas/mobilização

Nome da organização:

Tipo de organização:

Quando foi fundada:

Quando e como começou a mobilização?

Quem liderou e quem participou desse início?

Qual a principal motivação para a criação da organização?

Técnicas/tecnologias

Com o que trabalha?

Quais etapas do processo domina?

Quais os equipamentos utilizados/necessários?

Há necessidade de mais equipamentos? Já se tentou buscar formas de obter? Quais os empecilhos?

Identificar tecnologias/técnicas desenvolvidas.

Organização do trabalho

Como é organizado o trabalho?

Como é determinado o ritmo de produção?

Como é feita a divisão e delegação de funções? Todos fazem tudo?

Há chefias, gerências? Suas decisões são definitivas?

Como é feita a tomada de decisões estratégicas?

Há controle das horas trabalhadas/produzidas?

Qual a política de remuneração? Todos ganham igual? Horas trabalhadas? Produtividade?

A remuneração é renda ou complemento de renda? (qual a remuneração média?)

Quantas pessoas trabalham?

Qual o perfil dos trabalhadores?

Há trabalhadores contratados?

Comercialização

Quais os produtos?

De que forma são vendidos?

Para quem? Atravessadores? Consumidor final? Redondezas/cidades?

Quais as necessidades logísticas nesse processo? Como são transportados os produtos?

De onde vem a matéria-prima?

Relacionamento institucional

Há relação com outros EES?

Alguma universidade já trabalhou junto/pesquisou? De que forma? Por quanto tempo? Quais os resultados?

Alguma outra entidade já trabalhou junto/pesquisou? De que forma? Por quanto tempo? Quais os resultados?

Algo mais é desenvolvido além do trabalho produtivo? Projetos/festas/educação?

Como é organizado esse trabalho?

Como é a interação com o estado/governo? (prefeitura/governo estadual/governo federal?)

Referências

ARRUDA, M. *Estratégias de formação no campo da economia dos setores populares*. In: KRAYCHETE, G.; AGUIAR, K. (Orgs.). *Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação*. São Leopoldo: Oikos, 2007.

BERTUCCI, J. O. *A produção de sentido e a construção social da economia solidária*. Brasília, 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BOCAYUVA, P. C. C. *As metamorfoses do trabalho e da cooperação produtiva: a economia popular e solidária na perspectiva da nova centralidade do trabalho*. Rio de Janeiro: Fase, 2007.

BOISSIER, S. Sociedad del Conocimiento, Conocimiento Social y Gestión territorial. *Revista Interações e Desenvolvimento Local*, v. 2 n. 3, set. 2000, Campo Grande.

BRASIL. *Lei 5.764*, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: 15 mai. 2012.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Territórios da Cidadania. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br>>. Acesso em: mai. 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *PAA: sobre o programa*. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>>. Acesso em: 21 mai. 2012.

CASTEL, G. V. *Logros y desafíos del núcleo de desarrollo endógeno ciudad oritupano impulsado por la gerencia de desarrollo social del distrito social San Tomé de PDVSA EyP oriente 2007*. Monografia (Graduação) – Universidad de Oriente, Núcleo Sucre – Venezuela. Cumaná, 2009.

CATTANI, A. D. *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CORRAGIO, J. L. Sustentabilidade e luta contra-hegemônica no campo da economia solidária. In: KRAYCHETE, G.; AGUIAR, K. (Orgs.). *Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação*. São Leopoldo: Oikos, 2007.

- DA ROS, G. El Crédito Rural y las Cooperativas Financieras en el Ecuador. *Revista uniRcoop*, v. 1, n. 1. IRECUS – Université de Sherbrooke, Sherbrooke, Canadá, 2003. Disponível em: <http://www.unircoop.org/unircoop/files/revue/Release/ArticleEcuadorVF_11_%281%29.pdf>. Acesso em: jul. 2012.
- FBES – FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Sobre o FBES*. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: 21 mai. 2012.
- FERNANDES, F. Universidade e Desenvolvimento. In: IANNI, O. *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.
- GAIGER, L. I. A Economia Solidária diante do Modo de Produção Capitalista. *CADERNO CRH*, v. 16, n. 39, p. 181-211, Centro de Recursos Humanos da UFBA, Salvador, 2003.
- HENRIQUES, F. C. O Engenheiro na Assessoria a Empreendimentos de Autogestão. In: SCHMIDT, C.; NOVAES, H. T. *Economia Solidária e Transformação Social: rumo a uma sociedade para além do capital?* Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.
- JACOBI, P. R. Participação na gestão ambiental no Brasil: os comitês de bacias hidrográficas e o desafio do fortalecimento de espaços públicos colegiados. In: ALIMONDA, H.; TUCCI, C. E. M. *Los tormentos de la materia. Aportes para una ecología política latinoamericana. Gestión da água no Brasil*. Brasília: Unesco, 2001.
- KRAYCHETE, G. Economia solidária: conceitos e contexto. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA: DESAFIOS PARA UM NOVO TEMPO. Salvador, Fundação Luis Eduardo Magalhães, 2002.
- MINISTERIO DE ECONOMIA POPULAR. Desarrollo Endógeno Bolivariano. In: Bolívia. Ministério de Economia Popular (Minep). Colección Enfoque de

Género. Série: Eje de Formacion Sociopolitica, Mision Vuelvan Caras. Caracas, 2005.

SANCHEZ, A. R. P. *Las disparidades económicas intrarregionales en Andalucía*. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de Cádiz, Departamento de Economia Geral, Cádiz, Espanha, jul. 2004. Disponível em: <<http://minerva.uca.es/publicaciones/asp/docs/tesis/pena.pdf>>. Acesso em: jul. 2012.

SIMONI, M. Engenharia de Produção da Exclusão Social. In: THIOLENT, M.; ARAÚJO FILHO, T.; SOARES, R. L. (Orgs.). *Metodologia e experiências em projetos de extensão*. Niterói: EdUFF, 2000.